



RESENHA DE “ASPECTOS QUE INFLUENCIAM A PRÁTICA DO TELETRABALHO POR SERVIDORES PÚBLICOS: DIRETRIZES PARA UNIVERSIDADES PÚBLICAS”

Wellington Soares da Costa¹

RESUMO (p. 4) e INTRODUÇÃO (p. 13-19)

Estuda-se o teletrabalho de servidores públicos com destaque para Universidades e aplica-se análise de conteúdo com o *software* Iramuteq.

Registra-se a escassez de pesquisas quanto ao tema, especialmente quando se trata do setor público.

Ademais, o mestrando apresenta um modelo conceitual e propõe diretrizes para implementação do teletrabalho em universidades públicas.

REFERENCIAL TEÓRICO (p. 20-43)

Divide-se o capítulo em três tópicos:

- “O teletrabalho” (histórico, conceito, vantagens e desvantagens para o trabalhador, a organização e a sociedade);
- “Teletrabalho na Administração Pública” (emergência da implementação, devido à pandemia de COVID-19);
- “Teletrabalho na Universidade Pública Brasileira”.

O histórico inicia-se em 1950, prossegue até a década de 1970 previamente à produção industrial centralizada e, na década de 1990, populariza-se com as tecnologias de informação e comunicação.

Vários termos em inglês aludem a teletrabalho: Telecommuting, home office, home working, telework ou teleworking, working from home, mobile work, remote work e flexible workplace. Na língua portuguesa, utiliza-se também a expressão trabalho remoto. A propósito, alguns conceitos são consignados no Quadro 1 (p. 21-23).

Há considerações acerca da legislação trabalhista, pois o teletrabalho é mais comum no meio empresarial.

Pode-se destacar o trecho: “O teletrabalho também se apresenta como uma alternativa à inclusão de pessoas com idade de aposentadoria, ou perto dela, que ainda podem contribuir com sua experiência profissional e força de trabalho, facilitando seu acesso

¹ Bacharel em Administração e Direito. Pós-graduado em Gestão e Desenvolvimento de Seres Humanos, Direito Constitucional, Direito Administrativo e Tutoria em Educação a Distância. Parecerista de periódicos. Servidor Público do Instituto Nacional do Seguro Social. E-mail: wsc333@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2378720543304237>





ao mercado de trabalho para pessoas com restrições de mobilidade. Além disso, tem o potencial de favorecer o emprego em áreas remotas como na zona rural (PÉREZ; CARNICER; MARTÍNEZ, 2001). Outros a serem beneficiados pela flexibilização do trabalho são os responsáveis pelos cuidados permanentes de membros da família acometidos por qualquer que seja a enfermidade incapacitante, portadores de deficiências físicas e mentais” (p. 24). Acrescenta-se: “Esta flexibilização facilita também a inclusão deste último grupo citado no mercado de trabalho, e ajudando a reduzir os níveis de desemprego. As famílias monoparentais também encontrariam no teletrabalho uma maior flexibilidade de horários para levar e buscar os filhos à escola/creche. Propiciar condições laborais é estar em consonância com os direitos humanos” (p. 24).

O Quadro 2 (p. 31-34) é a síntese das vantagens e desvantagens. Por sua vez, o Quadro 3 (p. 37-38) mostra o comparativo dos setores público e privado em termos de concessão, plano de trabalho, produtividade, monitoramento, infraestrutura, prioridade à concessão, inexistência do direito à concessão e riscos/responsabilidades.

Sobre o teletrabalho nas universidades públicas, citam-se: Portaria nº 343/2020 do Ministério da Educação e Cultura, Medida Provisória nº 934/2020 (e sua conversão na Lei nº 14.040/2020), Parecer nº 5/2020 do Conselho Nacional de Educação e visibilidade das desigualdades socioeconômicas entre os discentes (fato ensejador de auxílio digital emergencial).

METODOLOGIA (p. 44-51)

Detalha-se a metodologia dessa pesquisa qualitativa (resumo na Figura 1, p. 45).

Salienta-se a revisão bibliográfica procedida com a busca de publicações em 15 e 16/07/2021 nas bases de dados ScienceDirect e Emerald, conforme os critérios expostos no Quadro 5 (p. 46-47), e analisada sistematicamente.

RESULTADOS (p. 52-111)

Há duas partes nesse capítulo: análise bibliométrica e análise de conteúdo (essa última refere-se às discussões constantes no referencial teórico e conta com diversos Quadros).

DISCUSSÃO (p. 112-144)

O modelo conceitual está na Figura 12 (p. 112), esmiuçada nas Figuras 13 a 16 (p. 113-115).

No item quatro do capítulo (p. 127-137), o mestrando propõe diretrizes sobre análise dos processos e procedimentos, estrutura de tecnologia da informação, análise de cargos e estudo de setores, a fim de se implementar o teletrabalho em universidades públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (p. 145-146)

“Um modelo conceitual foi elaborado a partir da identificação dos aspectos que impactam a implementação do teletrabalho. Tornando possível o planejamento de sua implementação a partir da definição clara de metas para esse modo de trabalho, regras





de avaliação de resultados e estabelecimento de direitos e deveres dos trabalhadores remotos” (p. 145).

“A análise das implicações que influenciam na adoção da modalidade demanda planejamento para que, assim, a modalidade se torne possível através do equilíbrio entre as adequações organizacionais e os recursos humanos e de tecnologia, conforme corroborado pela literatura. A modalidade apresenta maior número de pontos favoráveis do que desfavoráveis à consolidação do teletrabalho na administração pública. No entanto, aguarda-se uma ampliação dos aspectos legais normatizadores da modalidade, tanto para a iniciativa privada como, especialmente, para a administração pública” (p. 145).

Somam-se as diretrizes mencionadas.

REFERÊNCIAS (p. 147-158)

PALOSCHI, Adriano. **Aspectos que influenciam a prática do teletrabalho por servidores públicos: diretrizes para universidades públicas**. 2022. 158 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 24 jul. 2023.

Há de se reconhecer a importância da dissertação, visto que, além da extensa e sistemática revisão bibliográfica, o autor elabora um modelo conceitual e sugere diretrizes.

Enfim, o trabalho resenhado é fonte bibliográfica sobre o teletrabalho de servidores públicos e preenche uma lacuna de conhecimentos na área de Administração Pública.

